

EDITAL Nº 1 – PC/CE, DE 27 DE MAIO DE 2021, E ALTERAÇÕES

RESPOSTAS PADRÕES PRELIMINARES DAS QUESTÕES DISCURSIVAS

1. Das respostas padrões preliminares das questões discursivas aplicadas aos cargos de Escrivão e Inspetor de Polícia Civil:

CARGO: ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL

| ESCRIVÃO – QUESTÃO 1 – ASPECTOS MACROESTRUTURAIS | | | |
|--|---|------|---|
| | Apresentação e legibilidade | 5,0 | (0,0) Aspecto de rascunho e ilegível – (2,5) Apresentação regular ou parcialmente legível – (5,0) Apresentação e legibilidade adequadas |
| A | <p>Douglas não praticou delito de abuso de autoridade porque, nos termos do parágrafo 2º do art. 22 da Lei de Abuso de Autoridade (Lei 13.869/2019), não há crime quando o ingresso ocorre ante fundados indícios que indiquem a situação de flagrante delito ou em ocasião de prestar socorro, tal como foi a hipótese ventilada na questão.</p> <p>Portanto: Não, pois não há crime quando o ingresso ocorre ante fundados indícios que indiquem situação de flagrante delito ou para prestar socorro. (10,0 pontos) OU Não, porque ele agiu com a intenção de prestar socorro e havia fundados indícios para sua atuação. (10,0 pontos) OU Não, porque ele agiu em situação de flagrante delito e havia fundados indícios para sua atuação. (10,0 pontos) OU Não, porque havia fundados indícios de situação de flagrante delito. (10,0 pontos) OU Não, porque havia fundados indícios de que ele agia para prestar socorro. (10,0 pontos) OU Não, nos termos do parágrafo 2º do art. 22 da Lei 13.869/2019 (Lei de Abuso de Autoridade). (10,0 pontos)</p> | 10,0 | (0,0) / (10,0) |
| B | <p>Nos termos do art. 22, §1º, III, da Lei de Abuso de Autoridade (Lei 13.869/2019) Douglas não poderia cumprir o mandado após as 21h ou antes das 5h.</p> <p>Portanto: Douglas não pode cumprir mandados após as 21h ou antes da 5h, nos termos do art. 22, §1º, III, da Lei de Abuso de Autoridade. (10,0 pontos) OU Entre 21h e 5h da manhã, nos termos do art. 22, §1º, III, da Lei de Abuso de Autoridade. (10,0 pontos)</p> | 10,0 | (0,0) / (10,0) |

| ESCRIVÃO – QUESTÃO 2 – ASPECTOS MACROESTRUTURAIS | | | |
|--|---|------|---|
| | Apresentação e legibilidade | 5,0 | (0,0) Aspecto de rascunho e ilegível – (2,5) Apresentação regular ou parcialmente legível – (5,0) Apresentação e legibilidade adequadas |
| A | <p>A conduta de Simone configura delito de racismo, pois sua intenção foi recusar ou impedir o acesso de Janaína ao emprego em decorrência de sua raça, cor ou etnia. Perceba-se que no delito de racismo a ofensa é dirigida contra a coletividade. Não se poderia falar em injúria racial porquanto nesta a ofensa é voltada ao indivíduo e, o que se depreende do enunciado, é, justamente, que Simone não objetivou ofender a honra de Janaína em virtude de sua cor, raça ou etnia, mas sim negar acesso ao emprego pelo fato de Janaína ser negra, razão pela qual a conduta de Simone se subsume ao delito de racismo, e não ao delito de injúria racial.</p> <p>Portanto: Configura delito de racismo (5,0 pontos), pois enquanto no delito de injúria racial a ofensa é voltada ao indivíduo (2,5 pontos), no delito de racismo a ofensa é contra uma coletividade (2,5 pontos). OU Configura delito de racismo (5,0 pontos), pois a injúria racial tem por objetivo ofender a honra da pessoa em virtude de sua cor, raça ou etnia (2,5 pontos), enquanto no delito de racismo a intenção é recusar ou impedir o acesso de alguém a determinado lugar, emprego ou serviço em decorrência de preconceito de raça, cor ou etnia (2,5 pontos). OU Configura delito de racismo (5,0 pontos), porque a conduta não foi destinada a ofender a honra (2,5 pontos), mas sim negar acesso a um emprego por conta de raça/cor (2,5 pontos).</p> | 10,0 | (0,0) / (2,5) / (5,0) / (7,5) / (10,0) |
| B | <p>Simone não poderá pedir o arbitramento de fiança porque, conforme art. 5º, XLII, da CRFB/88, o delito de racismo é inafiançável.</p> <p>Portanto: Não, pois o delito de racismo é inafiançável, conforme disposição constitucional. (10,0 pontos) OU Não, nos termos do art. 5º, XLII da CRFB/88. (10,0 pontos)</p> | 10,0 | (0,0) / (10,0) |

| ESCRIVÃO – QUESTÃO 3 – ASPECTOS MACROESTRUTURAIS | | |
|--|--|--|
| Apresentação e legibilidade | | 5,0 (0,0) Aspecto de rascunho e ilegível – (2,5) Apresentação regular ou parcialmente legível – (5,0) Apresentação e legibilidade adequadas |
| A | O procedimento realizado por Jorge é ILEGAL (2,5 pontos). Trata-se de uma interceptação telefônica (2,5 pontos), em que um terceiro (Jorge) grava a conversa de dois interlocutores, sem o conhecimento destes e, por ser regulada pela Lei 9.296/96, a ausência de autorização judicial para realizar essa captação macula a validade desse material interceptado como prova no processo penal (5,0 pontos). | 10,0 (0,0) / (2,5) / (5,0) / (7,5) / (10,0) |
| B | O procedimento realizado por Sandra é LEGAL (2,5 pontos). Trata-se do procedimento denominado gravação telefônica (2,5 pontos), quando um dos interlocutores do diálogo, sem o consentimento ou a ciência do outro, realiza a gravação da conversa. Este procedimento não configura interceptação telefônica em sentido estrito, razão pela qual não está sujeito à Lei 9.296/96 (pode ser realizado sem autorização judicial) (5,0 pontos). | 10,0 (0,0) / (2,5) / (5,0) / (7,5) / (10,0) |

| ESCRIVÃO – QUESTÃO 4 – ASPECTOS MACROESTRUTURAIS | | |
|--|---|--|
| Apresentação e legibilidade | | 5,0 (0,0) Aspecto de rascunho e ilegível – (2,5) Apresentação regular ou parcialmente legível – (5,0) Apresentação e legibilidade adequadas |
| A | Os direitos humanos de primeira geração giram em torno da ideia de liberdade, expressa nos direitos sociais e políticos. Os direitos sociais foram estabelecidos para garantir a integridade humana; os direitos políticos, para garantir a participação popular. Assim, como exemplos, cabem, para os direitos sociais, a liberdade de expressão, a presunção de inocência, a proteção à vida privada, entre outros. Para os direitos políticos, cabem, como | 10,0 (0,0) / (2,5) / (5,0) / (7,5) / (10,0) |

| ESCRIVÃO – QUESTÃO 4 – ASPECTOS MACROESTRUTURAIS | | | |
|--|---|------|--|
| | exemplos, o direito ao voto, o direito de ser votado, o direito de ocupar cargos públicos, entre outros. Portanto: Os direitos humanos de primeira geração giram em torno da ideia de liberdade (2,5 pontos), expressa nos direitos sociais e políticos (2,5 pontos). Citar exemplo (5,0 pontos). | | |
| B | Os direitos humanos de terceira geração giram em torno da ideia de fraternidade e solidariedade, expressas nos direitos difusos e coletivos. São direitos que abraçam toda a sociedade, não somente o indivíduo. Também são chamados de direitos transindividuais. Como exemplos, cabe citar o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, ao progresso sustentado, à autodeterminação dos povos; os direitos da pessoa idosa, dos deficientes, entre outros. Portanto: Os direitos humanos de terceira geração giram em torno da ideia de fraternidade e solidariedade (2,5 pontos), expressa nos direitos difusos e coletivos (2,5 pontos). Citar exemplo (5,0 pontos). | 10,0 | (0,0) / (2,5) / (5,0) / (7,5) / (10,0) |

CARGO: INSPETOR DE POLÍCIA CIVIL

| INSPETOR – QUESTÃO 1 – ASPECTOS MACROESTRUTURAIS | | | |
|--|--|------|---|
| | Apresentação e legibilidade | 5,0 | (0,0) Aspecto de rascunho e ilegível – (2,5) Apresentação regular ou parcialmente legível – (5,0) Apresentação e legibilidade adequadas |
| A | Não assiste razão à defesa de Paulo. A conduta de porte de substância entorpecente para consumo próprio não foi descriminalizada, e sim despenalizada. Consoante entendimento pacificado nos Tribunais Superiores a nova lei de drogas trouxe apenas espécies alternativas de pena. (Precedentes: Informativo 636 STJ e STJ HC 453.437 SP). Portanto: Não, a conduta não foi descriminalizada, mas sim despenalizada. (10,0 pontos) OU Não, a conduta não foi descriminalizada. A nova lei apenas trouxe espécies alternativas de pena. (10,0 pontos) | 10,0 | (0,0) / (10,0) |
| B | Em que pese ter existido controvérsia doutrinária e jurisprudencial sobre o tema, os Tribunais Superiores já pacificaram entendimento no sentido de que não é | 10,0 | (0,0) / (10,0) |

| INSPETOR – QUESTÃO 1 – ASPECTOS MACROESTRUTURAIIS | | |
|---|---|--|
| | <p>possível a combinação de leis com base nos princípios da legalidade e da separação de poderes. Inclusive, se o julgador assim o fizesse, ou seja, se ele resolvesse combinar apenas partes de cada uma das leis, estaria, na verdade, criando uma terceira lei que não existe, usurpando função legislativa que não lhe pertence. Precedentes: STF HC 122619 / HC 94560 / Informativo 644 STF / Súmula 501 STJ.</p> <p>Portanto: Não, com base no princípio da legalidade. (10,0 pontos) OU Não, com base no princípio da separação de poderes. (10,0 pontos) OU Não, pois, se o julgador assim o fizesse, estaria criando uma terceira lei que não existe. (10,0 pontos) OU Não, pois, se o legislador assim o fizesse, estaria usurpando função legislativa que não lhe pertence. (10,0 pontos)</p> | |

| INSPETOR – QUESTÃO 2 – ASPECTOS MACROESTRUTURAIIS | | |
|---|---|--|
| | Apresentação e legibilidade | 5,0 (0,0) Aspecto de rascunho e ilegível – (2,5) Apresentação regular ou parcialmente legível – (5,0) Apresentação e legibilidade adequadas |
| A | <p>A conduta narrada configura crime previsto na Lei 7.853/89, com redação dada pela Lei 13.146/2015, conforme se vê abaixo: Art. 8º Constitui crime punível com reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos e multa: (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015)</p> <p>I - recusar, cobrar valores adicionais, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, em razão de sua deficiência; (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015)</p> <p>Trata-se, portanto, de crime contra as pessoas portadoras de deficiência (5,0 pontos), previsto na Lei 7.853/89 (5,0 pontos), com redação dada pela Lei 13.146/2015.</p> | 10,0 (0,0) / (5,0) / (10,0) |
| B | <p>Tendo em vista que o Estatuto da Pessoa com Deficiência previu uma pena de 2 a 5 anos de reclusão, não há possibilidade de se aplicar o sursis processual (5,0 pontos), pois o artigo 89 da Lei 9.099/95 deixou claro que “nos crimes em que a pena mínima cominada for igual</p> | 10,0 (0,0) / (5,0) / (10,0) |

| INSPETOR – QUESTÃO 2 – ASPECTOS MACROESTRUTURAIIS | | |
|---|--|--|
| | ou inferior a um ano, abrangidas ou não por esta Lei, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena”. (5,0 pontos) | |

| INSPETOR – QUESTÃO 3 – ASPECTOS MACROESTRUTURAIIS | | |
|---|--|--|
| | Apresentação e legibilidade | 5,0 (0,0) Aspecto de rascunho e ilegível – (2,5) Apresentação regular ou parcialmente legível – (5,0) Apresentação e legibilidade adequadas |
| A | Como a Constituição Federal não menciona expressamente essa possibilidade, adota-se a teoria dos poderes implícitos (5,0 pontos). Segundo essa doutrina, nascida nos EUA (Mc Culloch vs. Maryland – 1819), se a Constituição outorga determinada atividade-fim a um órgão, significa dizer que também concede todos os meios necessários para a realização dessa atribuição. A Constituição confere ao MP as funções de promover a ação penal pública (art. 129, I). Logo, ela atribui ao Parquet também todos os meios necessários para o exercício da denúncia, entre eles a possibilidade de reunir provas para que fundamentem a acusação. (5,0 pontos) | 10,0 (0,0) / (5,0) / (10,0) |
| B | A separação de funções determinada pelo Sistema Acusatório OU a ausência de previsão legal (5,0 pontos). Conforme esclareceu o Ministro Marco Aurélio quando foi relator da matéria, “ao estabelecer, no inciso VII do artigo 129, o exercício do controle externo da atividade policial e, no inciso seguinte, o poder de requisitar diligências investigatórias e instauração de inquérito policial, o Constituinte revelou a opção de não permitir que o Órgão proceda à investigação criminal, e sim zele pela lisura das atividades policiais e cuide para que a apuração possa ser finalizada de forma a viabilizar futura ação penal.” STF – ADI 3.034. Assim, a clara separação de funções advindas da opção pelo Sistema Acusatório, na qual compete ao MP realizar a acusação (função acusatória), não há espaço para que a parte responsável | 10,0 (0,0) / (5,0) / (10,0) |

| INSPETOR – QUESTÃO 3 – ASPECTOS MACROESTRUTURAIIS | | |
|---|---|--|
| | pela acusação realize a investigação, sob pena de o procedimento investigatório focar apenas nos indícios e provas atinentes à acusação, sem jamais apurar circunstâncias relacionadas em benefício do investigado, bem como a falta de previsão legal que permita essa função ser realizada pela parte acusatória impedem que o Ministério Público proceda nesse sentido. (5,0 pontos) | |

| INSPETOR – QUESTÃO 4 – ASPECTOS MACROESTRUTURAIIS | | |
|---|---|--|
| | Apresentação e legibilidade | 5,0 (0,0) Aspecto de rascunho e ilegível – (2,5) Apresentação regular ou parcialmente legível – (5,0) Apresentação e legibilidade adequadas |
| A | Os direitos sociais constituem direitos humanos de segunda geração, giram em torno da ideia de igualdade. Garantem a dignidade da pessoa humana. Como exemplo, qualquer dos listados no art. 6º da Constituição: educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, assistência aos desamparados. Portanto: Indicar corretamente o direito social (5,0 pontos). Explicação envolvendo a ideia de igualdade OU a ideia de dignidade da pessoa humana (5,0 pontos). | 10,0 (0,0) / (5,0) / (10,0) |
| B | Os direitos do trabalhador se inserem no rol dos direitos sociais. Pode-se citar um dos seguintes: relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa; seguro-desemprego; fundo de garantia do tempo de serviço; salário mínimo; piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho; irredutibilidade do salário; garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável; décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria; remuneração do trabalho noturno superior à do diurno; proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa; participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração; salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda; duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais; jornada | 10,0 (0,0) / (5,0) / (10,0) |

| INSPECTOR – QUESTÃO 4 – ASPECTOS MACROESTRUTURAIIS | |
|--|--|
| <p>de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento; repouso semanal remunerado; remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal; gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal; licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias; licença-paternidade; proteção do mercado de trabalho da mulher; aviso prévio proporcional ao tempo de serviço; redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança; adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas; aposentadoria; assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas; reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho; proteção em face da automação; seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador; ação quanto a créditos resultantes das relações de trabalho; ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil; proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência; proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos; proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos; igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.</p> <p>Portanto: Indicar corretamente o direito (5,0 pontos). Explicação envolvendo relações sociais em que a desigualdade ocorreria se não houvesse a proteção do trabalhador contra a exploração, equalizando as categorias sociais (5,0 pontos).</p> | |

2. O candidato, querendo, poderá interpor recurso contra as presentes respostas padrões preliminares das questões discursivas, nos dias 8 e 9 de setembro de 2021, por meio de sua Área para Candidato, acessível pelo site www.idecan.org.br.
3. O candidato, para fins de recurso, deverá observar as disposições contidas no EDITAL N° 1 – PC/CE, de 27 de maio de 2021, e alterações.

Fortaleza, 6 de setembro de 2021.